

**Conferência tripartida
sobre as aglomerações:**

**diálogo sobre a
integração bem sucedido. 2**

**Contrato colectivo de
agências de emprego**

**novas regras para a
formação contínua 3**



**Acordo entre a Suíça
e a UE:**

**em 2017 entra em vigor a
troca automática
de informações fiscais 4**

Nr. 7 | Dezembro 2016 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Campanha no sector da jardinagem

Juntos por um sector verde com futuro!



Um lindo canteiro por mais salários para os jardineiros!

Trabalho duro por salários baixos e más condições de trabalho. No sector da jardinagem continuam a predominar grandes irregularidades. O Unia lançou agora uma petição a nível nacional por melhores condições de trabalho e pretende, em conjunto com os jardineiros, aumentar o seu empenho no sector.

Ser jardineiro é uma bela profissão, contudo exige muita experiência e know-how. Além de destreza manual, os jardineiros necessitam de um vasto conhecimento sobre plantas, solos e os efeitos de cada estação sobre ambos. É precisamente por isso que surpreende que as condições de trabalho e os salários sejam tão maus. Um jardineiro ganha até 1000 francos menos do que um trabalhador da construção civil e só pode aposentar-se cinco anos mais tarde – apesar de também exercer um trabalho duro. Na jardinagem, o salário mínimo mais baixo é de 3800 francos, enquanto na construção o mesmo é de 4413 francos. Isto não tem nada a ver com o trabalho em si, mas com o facto de a jardinagem ser o único ramo próximo da construção que não tem um contrato colectivo de trabalho vinculativo a nível nacional. Para a maior parte da Suíça apenas se aplica um CCT não obrigatório, assinado entre a associação dos empregadores «Jardin Suisse» e a sua parceira, a pe-

quena, não representativa associação profissional «Grüne Berufe Schweiz (Profissões Verdes Suíça)».

Salário justo para trabalho duro

Há muito tempo que estas irregularidades estão na mira do Unia. Com milhares de filiados, o Unia é a maior representação de trabalhadores no sector da jardinagem e estabeleceu como objectivo prioritário melhorar as condições de trabalho no sector verde. Nos últimos anos, o Unia já conseguiu pôr algumas coisas em movimento, através de campanhas, jornadas de acção e até greves: nos últimos cinco anos, os salários na jardinagem subiram até 20 % – mais do que em qualquer outro sector.

Petição «Futuro do sector da jardinagem»

Mas, além dos salários, devem ser tomadas outras medidas. Para tal, o Unia fez na Primavera de 2016 um inquérito a mais de 3000 jar-

dineiros para saber em que outras áreas existem problemas. De seguida, em Outubro, os jardineiros do Unia lançaram uma petição a nível nacional a entregar à organização de empregadores «JardinSuisse» para que esta assuma, finalmente, a sua responsabilidade. Na petição, os jardineiros do Unia reivindicam salários mínimos justos, horários de trabalho decentes, melhores oportunidades de formação contínua e – um aspecto muito importante – a possibilidade de reforma antecipada. Além disso, os/as jardineiros/as reivindicam que seja finalmente assinado com o Unia um contrato colectivo de trabalho de aplicação geral obrigatória, que garanta condições de trabalho justas para todos. Em alguns cantões da Suíça francesa já existem contratos colectivos de trabalho, a nível local, com salários justos. Assim também em Genebra, onde já hoje existe a possibilidade de reforma antecipada. Estes CCTs existentes mostram que também é possível pagar salários justos e garantir boas condições de trabalho no ramo da jardinagem.

Planear os próximos passos a dar

E agora, o que vai acontecer? Os jardineiros activos é que irão decidir. Mas muita coisa depende também da JardinSuisse. Será que eles estão, finalmente, dispostos a negociar com os jardineiros do Unia sobre condições de trabalho justas? De uma forma ou de outra, já é suficientemente claro: o sector da jardinagem tem agora prioridade máxima. Com efeito, no Congresso do Unia em Genebra, no final de Outubro, os delegados decidiram reforçar ainda mais as actividades no ramo da jardinagem. Porque só como sindicato activo com uma boa implantação no sector, o Unia pode trazer a JardinSuisse à mesa de negociações e melhorar as condições de trabalho! Para isso precisamos de unir as nossas forças!

Chris Kelley, membro da direcção do sector da construção civil

Assine a petição: <https://www.unia.ch/de/arbeitswelt/von-a-z/bau/gartenbau/petition/>.

Editorial



Estimadas leitoras, estimados leitores,

Depois do congresso do Unia, começa para mim um novo ciclo de vida. Vou deixar o Unia e ocupar-me, no estrangeiro, da defesa dos direitos humanos. Se houve algo que aprendi com estes cinco anos e meio de trabalho no sindicato, foi que a luta por um mundo mais justo e mais social é mais necessária do que nunca.

Encontramo-nos num momento histórico hostil. A política de redução de postos de trabalho e endurecimento das condições laborais, a política de austeridade, a liberalização, a privatização e tudo aquilo que designamos por política neoliberal trouxeram muita insegurança. Quer a insegurança seja real ou só sentida, muitos têm medo de perder aquilo que conseguiram na vida. Mas, em vez de se unirem e lutarem juntos contra os problemas reais, acreditam nas receitas de um Trump, um Farage ou um Blocher: culpar os migrantes e os mais desfavorecidos de tudo o que não corre bem.

Atribuir a culpa aos mais frágeis da sociedade não pode ser a resposta. Pelo contrário, temos de ser corajosos e reconhecer que temos uma responsabilidade e a possibilidade de mudar o mundo para melhor. Tomemos consciência de que, enquanto trabalhadores, temos uma voz e que, enquanto movimento sindical, temos de estar presentes onde os trabalhadores estão: nos escritórios que eles limpam, nos restaurantes, onde eles cozinham e lavam a louça, nas fábricas, na construção... Não podemos esperar que as coisas aconteçam, temos de arregaçar as mangas e tomar a iniciativa. Ou, como disse um sindicalista famoso: «não nos lamentemos, organizemo-nos».

Sim, organizemo-nos, sejamos solidários e lutemos juntos por um mundo mais social e mais justo!

Aurora García
responsável pela área da migração

Notícias breves

Trabalhadores de Richemont protestam em Vallée de Joux e em Genebra

Mais de 700 trabalhadores da indústria relojoeira protestaram no dia 24.11.2016 no Vallée de Joux (VD) e em Genebra contra a redução de postos de trabalho que o produtor de relógios de luxo, Richemont, planeia levar a cabo. Numa resolução exigiram que a empresa desista dos despedimentos e que introduza trabalho reduzido. O grupo Richemont, ao qual pertencem as marcas de luxo Vacheron Constantin e Piaget, anunciou há pouco a redução de 211 postos de trabalho, especialmente nos locais de produção do Vallée de Joux (VD), em Genebra e em La Côte-aux-Fées (NE). Os trabalhadores em causa e o sindicato Unia apelaram à participação em acções de protesto.

Os sócios do Unia exigem bons CCTs e investimentos no sector da saúde

Numa jornada profissional do Unia dedicada aos serviços de cuidados de saúde, realizada a 19.11.2016 em Lucerna, os cerca de 100 participantes discutiram sobre a actual situação dos prestadores de cuidados de saúde. Estes exigem CCTs abrangentes e investimentos do governo federal e dos cantões nos cuidados de saúde. Só assim será possível combater os problemas do sector: a falta de pessoal, o stress e a pressão no local de trabalho.

Trabalhadores da construção exigem limitação do trabalho temporário

Trabalhadores da construção de toda a Suíça discutiram na sua conferência profissional do dia 19 de Outubro, em Berna, problemas urgentes do ramo. Exigiram sobretudo uma redução do trabalho temporário para acabar com a precarização das condições de trabalho, que não pára de aumentar. Além disso, exigiram um registo das empresas do ramo que cumprem o CNT, de forma a, entre outras coisas, as proteger contra as empresas não cumpridoras. Já há meio ano que os trabalhadores da construção elaboraram um manifesto «Construir com dignidade» com o qual pretendem impulsionar uma transformação do ramo. Encontra mais informações sobre o manifesto aqui: http://www.unia.ch/fileadmin/user_upload/Kampagnen/Faires_Bauen/Manifest_Faires_Bauen.pdf

«Diálogo sobre a integração» com balanço positivo

Cooperação entre parceiros sociais bem sucedida

A TAK/CTA (Conferência tripartida sobre as aglomerações) é a plataforma política da Confederação, dos cantões, das cidades e dos municípios por uma política de aglomeração comum. Em 2012 lançou juntamente com sindicatos e associações patronais um «Diálogo sobre a integração». Agora foi apresentado um balanço.



A formação é uma importante medida para a integração de estrangeiros.

As autoridades e organizações envolvidas no diálogo sobre integração estabeleceram 15 objectivos para melhorar a integração de trabalhadores imigrantes no local de trabalho. De acordo com Guy Morin, presidente da TAK/CTA, a maioria dos objectivos foi alcançada. A oferta de informação a empregadores e empregados melhorou significativamente e foram realizados numerosos cursos de língua adaptados às necessidades práticas dos trabalhadores. Além disso, foram implementados vários pro-

jectos para a integração de refugiados no mercado de trabalho.

Projectos em numerosos sectores

Um destes projectos foi o de «Alemao nos estaleiros da construção civil» dos parceiros sociais do sector, com cerca de 250 cursos nos últimos quatro anos. No sector de limpezas foram realizados projectos de formação contínua específica e linguística para refugiados em seis cantões. Na hotelaria e restauração foram lan-



Para a integração, os cursos de língua...

çados os cursos de línguas gratuitos fide. Os sindicatos e, em especial, o Unia, como a maior organização de imigrantes na Suíça, há muito tempo que se empenham pela integração dos imigrantes em diversas áreas.

o balanço, ela ressaltou que os cursos realizados em colaboração com os parceiros sociais são financiados pelos fundos paritários, que são, por sua parte, sobretudo «sustentados» pelas contribuições dos trabalhadores. «É importante não se esquecer isto quando se exige à população imigrante que assuma a própria responsabilidade pela sua integração», afirma Alleva.

Integração de refugiados

Os sindicatos também prestam apoio activo e colaboram com os parceiros sociais na integração de refugiados e pessoas acolhidas a título provisório. Estas pessoas deveriam ser integradas de acordo com as suas qualificações e potencialidades e não ser pressionadas a aceitar o mais rapidamente possível um emprego qualquer. Nos sectores industriais é bom que sejam disponibilizadas ofertas de «pré-aprendizagem», que permitem aos refugiados e às pessoas acolhidas a título provisório fazer um curso profissional EBA-AFP (atestação de

Desde 2008 houve, em particular, um considerável aumento da oferta de cursos de línguas nacionais – só



... são especialmente importantes.

neste ano realizam-se cerca de 110 cursos com a participação do Unia.

Forte financiamento por parte dos imigrantes

Para Vanja Alleva, presidente do Unia, o «Diálogo sobre a integração» teve sucesso, sobretudo devido ao facto de os parceiros sociais terem sido directamente envolvidos. Na conferência de imprensa sobre

qualificação profissional) ou EFZ-CFC (diploma profissional federal) nas estruturas existentes. Mas tais cursos de «pré-aprendizagem», como os que já estão a ser testados, por exemplo na construção civil, devem ser obrigatoriamente concebidos e acompanhados em colaboração com os parceiros sociais.

Osman Osmani

Caixa de doença: redução dos prémios do seguro obrigatório

Direito a redução para pessoas com baixos rendimentos

Os prémios das caixas de doença não param de subir. Quem tem rendimentos baixos tem de destinar grande parte dos seus vencimentos para o pagamento dos prémios do seguro de saúde. Por isso, convém esclarecer se tem direito a algum tipo de ajuda ou redução dos prémios.

As pessoas com rendimentos baixos têm direito a uma redução do prémio do seguro de saúde. O direito a tais ajudas é regulado a nível cantonal e, portanto, a forma de proceder e os critérios a cumprir variam de cantão para cantão. De qualquer forma, para ter direito a estas ajudas, há que ter



Seguro de saúde: direito a redução para quem tem rendimentos baixos.

em conta o montante dos rendimentos, os bens que se possui e o número de filhos. Em muitos cantões, os

responsáveis analisam sempre, em todos os casos e em função dos dados da declaração de impostos, se a

Montaña Martín

Agências de emprego: novas regras de formação contínua

Temporários têm direito a formação contínua!

Todos os anos, cerca de 300 000 pessoas trabalham para uma agência de emprego. Graças ao fundo de formação contínua, temtraining, estes trabalhadores podem melhorar a sua situação profissional fazendo formação contínua.

Todos os trabalhadores sujeitos ao contrato colectivo de trabalho (CCT) das agências de emprego (agências de trabalho temporário) têm direito a uma formação contínua subsidiada. Até agora, temtraining concedeu cerca de CHF 16 000 000 de apoio a formações. O enorme sucesso desta possibilidade obrigou temtraining a mudar as regras de acesso à formação.

Alterações mais importantes

Estas são as alterações mais importantes em vigor desde 1 de Agosto de 2016:

- O número de horas necessárias para se ter direito a uma formação contínua subsidiada é, no mínimo, 352;
- O subsídio à formação contínua não ultrapassa os CHF 4000.– e a compensação por perda de salário não ultrapassa os CHF 2000.–;
- O trabalhador tem de assumir uma franquia de 20% dos custos da formação que forem superiores a CHF 1000.–.

Exemplo:
Para uma formação de CHF 4000.–, não há franquia para os primeiros CHF 1000.–. Para os restantes CHF 3000.–, a franquia é de CHF 600.–. O trabalhador recebe um subsídio de formação de CHF 3400.–.

1.12.2015 – 31.1.2016	1.2.2016 – 31.1.2017	1.2.2017 – 31.1.2018	1.2.2018
José Lopes a cumular 352 horas de trabalho temporário como manufatureiro. Ele deposita a sua demanda por um curso.	Le cours peut commencer au plus tôt le 1 ^{er} février 2016 et au plus tard le 31 janvier 2017.	Doze meses d'attente. José Lopes ne peut pas déposer de nouvelle demande de formation.	Les heures de travail temporaires effectuées par José Lopes à partir du 01.02.2016 comptent pour une nouvelle demande de formation.
José Lopes a doze meses para se formar com a ajuda de temtraining.	Il obtient un remboursement CHF 1000 maximum en l'espace de douze mois pour sa formation continue.	Pour sa perte de gain pendant sa formation, il touche CHF 750 maximum dans les six premiers mois.	Dès qu'il aura cumulé un minimum de 352 heures, il pourra déposer une nouvelle demande.
	1.2.2016 – 1.8.2016		Le délai d'attente de douze mois pour un cours ou, le cas échéant, de six mois pour une perte de gain repart à zéro.

Previdência profissional no CCT de agências de trabalho temporário
Os empregadores e os trabalhadores têm de aderir a uma caixa de previdência profissional (caixa de pensões). Uma novidade é que trabalhadores com obrigações de sustento de menores têm de estar obrigatoriamente segurados na caixa de pensões a partir do primeiro dia de trabalho.

Madalena Bortnik

Congresso do Unia de 2016 em Genebra

Confirmado o rumo de sucesso do sindicato Unia

O Congresso do Unia em Genebra esteve sob o signo da continuidade. Os delegados confirmaram o rumo traçado. A presidente Vanja Alleva e o Comité Director foram reeleitos com um resultado brilhante.

As discussões empenhadas e a reeleição com clara maioria de Vanja Alleva para presidente, bem como dos outros membros para o Comité Director, mostram que o maior sindicato suíço está no bom caminho. Nos próximos anos o Unia irá manter o rumo traçado e lutar com determinação pelos direitos dos trabalhadores.

Determinámos o rumo para o futuro

Os delegados concluíram a discussão da estratégia da organização para os próximos anos. Esta vai ajudar a moldar o nosso futuro enquanto sindicato. O Unia quer continuar a crescer e expandir os serviços prestados aos sócios. Além disso, quer aumentar a capacidade de mobilização sindical e social e reforçar a sua presença nas empresas.

O grupo de migração foi bem-sucedido

A proposta do grupo de migração para que os responsáveis regionais pelos grupos de interesse tenham nas suas descrições de funções uma definição clara das suas responsabilidades e disponham de recursos temporais definidos para este trabalho foi claramente aprovada.



Os congressistas também saíram à rua para fazer uma acção.

Continuação em Biel/Bienne

Os trabalhos do Congresso continuaram a 3 de Dezembro, em Biel/Bienne, onde os delegados discutiram quatro documentos de posição. O grupo de migração e o grupo da construção defenderam uma proposta que exige igualdade de tratamento nas pensões de reforma, independentemente da origem e/ou estatuto de residência. O Unia irá intensificar os seus esforços para uma solução no caso do acordo de segurança social com o Kosovo.

Osman Osmani

Entrevista



Rita Schiavi

Uma lutadora incansável pelos direitos dos migrantes

Rita Schiavi foi durante muitos anos responsável pela área da migração, primeiro no GBI, depois no Unia e teve, por isso, uma forte influência sobre o trabalho neste campo. Em Janeiro de 2017 ela irá aposentar-se. O Horizonte falou com ela.

Rita, o que sentes ao deixar o trabalho de migração do Unia?

Não deixo o trabalho de migração completamente, continuarei no grupo de migração da Internacional de Trabalhadores da Construção e Madeiras (ICM) e acompanharei na Suíça, neste contexto, a campanha de Qatar. Os trabalhadores que em Qatar constroem os estádios para o Mundial de Futebol de 2022 são migrantes. Queremos fazer pressão a nível internacional para melhorar as suas condições de vida e de trabalho.

Porque é que o trabalho de migração é importante para ti?

Cresci na Suíça como filha de pais italianos. Sei o que é ter medo de não poder ficar no país e vivi as iniciativas contra estrangeiros de Schwarzenbach. Passei, por isso, a participar em associações de estrangeiros. O trabalho neste campo nunca foi fácil. As únicas ameaças anónimas que recebi tiveram sempre a ver com temas ligados à migração. A xenofobia e o racismo não diminuíram, infelizmente!

Então, o que mudou ao longo dos anos?

Sobretudo a composição da população migrante. Até aos finais dos anos 60, os migrantes vinham principalmente da Itália e da Espanha. Mas muitos esqueceram que, na época, eram tão mal vistos como hoje os kosovares, os turcos ou os africanos. Muitos italianos mais velhos dizem que eles são os «bons» migrantes e têm os mesmos preconceitos que os suíços tinham em relação aos italianos. Acho isso insuportável!

E os sindicatos, o que conseguiram?

O sindicato da construção conseguiu, a partir dos anos 70, integrar os migrantes e alcançar igualdade de direitos nos CCTs e nos locais de trabalho. Para nós, isso parece óbvio. Mas há países na Europa em que os migrantes não podem, por exemplo, ser eleitos para as comissões de pessoal. Os migrantes têm uma forte posição nas estruturas do Unia, por isso o sindicato continua a lutar contra iniciativas xenófobas e o estatuto de saisonniers ou a favor dos refugiados... Nem sempre fomos bem sucedidos, mas é importante que o Unia continue a advogar os direitos dos migrantes. E ele é respeitado por isso pelos próprios migrantes, mas também pelas instituições públicas.

Achas que o trabalho de migração ainda é necessário?

Infelizmente, sim! Para os migrantes da UE, a situação melhorou com a livre circulação de pessoas. Mas para as pessoas de fora da UE não. Nem todos têm o direito, por exemplo, a receber as suas pensões nos seus próprios países. Na política de refugiados lutámos continuamente contra leis cada vez mais duras, infelizmente sem grande sucesso. Agora trabalhamos na integração laboral de refugiados, onde houve algumas melhorias. É assim na política de migração: temos alguns desafios antigos e continuamente surgem novos.

Tens recomendações para o futuro deste trabalho?

Em temas relacionados com a migração, temos de continuar a ser um parceiro fiável para autoridades e organizações de migrantes. Internamente temos de reforçar os grupos de migração nas regiões. Talvez fizesse sentido haver grupos de migração em alguns ramos e, a nível nacional, grupos organizados por língua, como é o caso do grupo dos polacos.

E como será o teu futuro?

Dedicar-me-ei, nos próximos anos, sobretudo ao trabalho de mulheres e de migração na ICM. Depois apoiarei Sibel Arslan no Parlamento, sobretudo em questões de migração. Continuo na Comissão contra o Racismo. E quero ter mais tempo para mim e para a minha família e voltar a fazer política em Basileia.

Marília Mendes

Acordo para a troca automática de informações CH-UE

Troca de informações financeiras entra em vigor

A Suíça e os 28 estados-membros da União Europeia (EU) assinaram um acordo para a troca automática de informações financeiras. Este acordo entra em vigor a 1.1.2017. Foi uma medida introduzida contra a evasão fiscal e por um mercado financeiro transparente.

Este acordo permite às autoridades fiscais dos países assinantes trocar entre si, de forma automática e sem que seja necessário fazer quaisquer solicitações, informações sobre as contas bancárias dos contribuintes.

Troca entre a Suíça e os países da UE

Os dados bancários podem ser recolhidos a partir de 2017 e, a partir de 2018, as autoridades fiscais suíças recebem automaticamente dos países da UE informações sobre as contas dos clientes de bancos europeus que vivam na Suíça: a identidade, o número de conta, o saldo e os juros recebidos.

Quais são as consequências para os contribuintes?

Quem vive na Suíça e possui uma conta bancária no estrangeiro está sujeito à aplicação do acordo. A partir de 2018, as autoridades fiscais obterão mais facilmente informações sobre os bens que os contribuintes possuem.

O que acontece se uma pessoa não declarar os bens que possui no estrangeiro?

Com a troca automática de informações, as autoridades fiscais têm mais facilmente acesso a informações sobre os bens que se possa ter no estrangeiro. Quem não os indicar na declaração de impostos suíça comete evasão fiscal. Se as autoridades suíças descobrirem esta omissão, o contribuinte em causa terá de pagar não só os impostos em falta como também uma multa. Esta multa amonta, por norma, ao valor igual aos impostos não declarados. Mas pode ser mais ou menos elevada, dependendo da gravidade da omissão.

Possibilidade de autodeclarar

Existe a possibilidade de se fazer, uma única vez, uma autodeclarar dos bens em falta. Quem o fizer, fica isento de pagar a multa. Mas terá de pagar os impostos em falta relativos aos últimos 10 anos.

De forma semelhante, os países da UE recebem da Suíça



Declaração de impostos: cuidado com a troca automática de informações fiscais!

A posse de imóveis não está abrangida pela troca automática de informações. Muitas vezes, no entanto, à posse de um imóvel está associada uma conta, através da qual se pagam contas e se gere o imóvel. Assim, no futuro, deve ser para as autoridades fiscais mais fácil verificar se alguém é dono de algum imóvel no estrangeiro.

A segurança social também é informada?

A troca de informações diz respeito às autoridades fiscais. Mas entre as autoridades fiscais e a segurança social pode haver troca de informações no âmbito do combate a abusos.

Atenção, declaração obrigatória!

A legislação fiscal suíça obriga a que também sejam declarados na Suíça bens e rendimentos que se tenham no estrangeiro. Estes contam sempre para o cálculo da taxa fiscal. Se sobre esses bens e rendimentos se pagam impostos, depende muitas vezes da existência de uma convenção para evitar a dupla tributação. Encontra informações sobre as convenções assinadas pela Suíça em:

<https://www.admin.ch/opc/de/classified-compilation/0.67.html>.

Osman Osmani/Marília Mendes

Convenção entre Portugal e a Suíça para evitar a dupla tributação

Entre Portugal e a Suíça existe uma convenção para evitar a dupla tributação. Esta estipula os impostos objectos do acordo da parte de Portugal: o IRS, o IRC e as derramas deste último. Da parte da Suíça, são objecto da convenção os impostos sobre os rendimentos (rendimentos do trabalho, patrimoniais, de actividades empresariais e outras fontes de receitas), bem como os impostos sobre os bens (totalidade dos bens, bens móveis e imóveis, bens empresariais, capital e reservas).

De forma geral, a convenção estipula que os rendimentos e bens dos contribuintes não são sujeitos a tributação, desde que o contribuinte pague sobre eles impostos no outro estado. Mas a taxa de juros a pagar é calculada com base na totalidade de bens e rendimentos existentes em ambos os países.

Para mais informações, encontra o texto da convenção e do seu modificativo em:

<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/8A40236D-9B3B-4583-B13E-F55EA7305638/0/suica.pdf>

<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/B078B033-F1A6-43BE-A05A-A450410F507A/0/Protocolo%20Modificativo%20SUICA.pdf>

Outros países de língua portuguesa:

A Suíça não tem com outros países de língua portuguesa convenções para evitar a dupla tributação. Mas existe entre a Suíça e o Brasil um acordo para a troca de informações fiscais.

Pergunte, que nós respondemos



Obrigações parentais:

mesmo assim, tenho de prestar horas extraordinárias?

Trabalho às terças-feiras só da parte da manhã e tenho de sair do escritório sempre às 11.30h, para poder ir buscar os meus filhos à creche às 12 horas. Recentemente, o meu chefe chegou às 11 horas e exigiu que eu trabalhasse mais uma hora, porque havia muito trabalho. Não consegui arranjar alguém à última da hora para ir buscar os meus filhos e cozinhar para eles. O meu chefe pode exigir esta hora extra?

Myriam Muff: Não. No seu caso, pelo seguinte motivo: uma das condições para as horas extraordinárias é que estas possam ser exigidas aos empregados (alínea c do 321.º art.º DO). E isso depende muito das circunstâncias pessoais. Horas extraordinárias não podem ser exigidas, sobretudo quando o chefe as ordena a curto prazo, quando são necessárias por o empregador ter organizado mal o trabalho, e/ou se tiver de tratar de assuntos pessoais importantes no tempo livre. A senhora tem de cuidar dos seus filhos, estas responsabilidades parentais estão mesmo consagradas na lei. O seu chefe tem conhecimento disso. Além disso, ele ordenou as horas extraordinárias em cima da hora. Por estas duas razões, não lhe pode exigir que preste estas horas de trabalho extra.

work, 3. 11. 2016

Protecção contra o despedimento: posso recorrer posteriormente, embora tenha sido tudo liquidado?

Há algum tempo fui despedida pela minha chefe, a relação de trabalho terminou há mais de um mês. Uma vez que ela ainda me devia dinheiro, em parte por causa de horas extraordinárias e férias não gozadas, celebrámos um acordo logo após o prazo de pré-aviso. Neste acordo, a empresa comprometeu-se a pagar-me 6000 francos. O acordo, assinado por ambas as partes, prevê também que «todas as pretensões decorrentes da relação de trabalho ficam liquidadas para ambas as partes» isto é, que tudo ficou saldado e ajustado. No entanto, notei há poucos dias que estou grávida. E já estava grávida quando fui despedida, diz o meu médico. Eu sei que não podia ser despedida durante a gravidez e gostaria de voltar a trabalhar imediatamente na minha antiga empresa. Posso contestar o despedimento, apesar de ter assinado o acordo?

Myriam Muff: Sim. O Tribunal Federal já há algum tempo decidiu que a protecção contra o despedimento de mulheres grávidas não depende de os superiores terem conhecimento da gravidez. Por esse motivo, as mulheres podem, mesmo após ter decorrido o prazo de pré-aviso, em princípio, reclamar para si a protecção contra despedimento. O facto de ter assinado o acordo com a empresa não interfere em nada, apesar da chamada disposição final. A razão para isso é a proibição de renúncia no Direito de Obrigações (341º art.º DO). De acordo com este, não se pode renunciar a algo que é resultado de determinações legais obrigatórias. Isto também se aplica à protecção contra o despedimento durante a gravidez (§ 1, alínea C do 336º c do DO). Uma vez que não sabia que estava grávida quando assinou o acordo, a sua chefe também não pode dizer que o recurso à protecção contra o despedimento é desonesto e, portanto, abusivo. Assim, pode alegar, perante a sua empresa, que o despedimento é nulo porque estava grávida nessa altura.

work, 3. 11. 2016

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber work, Gewerkschaft Unia, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, A. Rogalewski, D. Filipovic, E. Sarlasian, M. Martin, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout I. Schmieder, Unia | Druck Tagblatt Print, Im Feld 6, 9015 St. Gallen | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft.
Le Syndicat.
Il Sindacato.

www.unia.ch